

Senadores tentam anular decisão sobre coligações

Com 50 assinaturas, tramita no Senado proposta de emenda constitucional para anular decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a respeito da verticalização das coligações partidárias. A PEC representa a reação de vários senadores à proibição de que os partidos fechem em nível regional coligações diferentes das acertadas nacionalmente.

PÁGINA 3



Tebet defende, no lançamento do projeto sobre segurança, a mobilização da sociedade contra o crime e a violência

Novas propostas contra a violência entram em debate

Pronunciamentos em Plenário e o lançamento de um projeto para a segurança pública marcaram ontem o surgimento de novas propostas contra a violência e a criminalidade. Ramez Tebet quer manter a sociedade mobilizada com esse objetivo. Carlos Wilson defende punição maior para adultos que levam menores ao crime. Roberto Freire pede rigor contra o porte ilegal de armas. Juvêncio da Fonseca cobra o cumprimento integral das penas e Eduardo Suplicy destaca o projeto Segurança Pública para o Brasil, lançado pelo PT.

PÁGINA 8



A proposta foi elogiada por diversos senadores e obteve a unanimidade dos votos na Comissão de Assuntos Sociais

CAS aprova projeto de lei que prevê a proibição definitiva do DDT no país

PÁGINA 4

Ministros querem mudar tramitação do Orçamento

PÁGINA 5



Martus e Malan falaram na comissão presidida por Carlos Bezerra (C)



Segundo Moreira Mendes, obra da Assembléia no estado começou com dois missionários

Moreira destaca Assembléia de Deus em Rondônia

Os 80 anos de existência da Assembléia de Deus em Porto Velho, capital de Rondônia, foram comemorados ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), que lembrou o trabalho iniciado em 1922 pelos missionários Paul Aunis e José Marcelino da Silva e um pequeno grupo formado pelos fiéis Manoel Melgaço, José Joaquim da Silva, Maria Conceição e Rosa Lucas Silva.

— Desde então, o trabalho incansável daqueles missionários não foi em vão e a cada dia pessoas se uniam a esse pequeno grupo que crescia, consistente, de maneira a necessitar de um local apropriado para suas reuniões, resultando com a construção, de madeira, de seu primeiro templo religioso. Após 80 anos de atividades, aquele pequeno grupo de seis pessoas se transformou em um grande grupo e conta hoje com cerca de 18 mil membros em Porto Velho e mais de 130 mil adeptos em todo o estado — acrescentou.

Moreira lembrou que, em 1991, a missão de dar continuidade ao trabalho iniciado em 1922 foi delegada ao pastor Joel Holder, que hoje preside a Igreja Assembléia de Deus em Porto Velho. “Esse homem tem, assim como os que o antecederam, dado exemplo para aquela comunidade e, como um pai amoroso, tem procurado atender as necessidades de todos os que o procuram”, disse o senador.

CPI vai ouvir governadores de São Paulo e Minas Gerais

Comissão que investiga roubo de carga também definiu calendário de atividades até o encerramento de seus trabalhos, em junho

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a ocorrência de roubo de cargas no país aprovou ontem o cronograma de viagens e diligências até o encerramento dos seus trabalhos. Na mesma reunião, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a comissão decidiu ouvir os governadores de Minas Gerais, Itamar Franco, e de São Paulo, Geraldo Alckmin, em datas ainda a serem definidas.

Os integrantes da comissão deverão estar em Pernambuco, nos dias 14 e 15 de março; no Rio de Janeiro, 4 e 5 de abril; em São Paulo, nas cidades de Paulínia e Santos, 18 e 19 de abril; e em Rondônia, nos dias 2 e 3 de maio. O relatório final deverá ser apresentado no dia 5 de junho.

O relator da CPI, deputado Oscar Andrade (PL-RO), apresentou denúncia recebida pela comissão sobre o assassinato do cabo da Polícia Militar do Distrito Federal Angelo Neto, no último fim de semana, em Brasília. Segundo a denúncia, o cabo era chefe da segurança pessoal do deputado dis-



CPI decidiu tomar depoimento do delegado Arthur Carbone, de Rondônia, e de Marcos Paulo Arantes Freitas, condenado por roubo de cargas e caminhões

trital José Tatico, dono da rede de supermercados Tatico, e foi morto por desavenças com o parlamentar. A comissão suspeita do envolvimento de Tatico com receptação de cargas roubadas.

Conforme o relato feito à CPI por Oscar Andrade, o cabo foi apresentado ao deputado José Tatico pelo deputado federal Alberto Fraga (PMDB-DF), coronel da PMDF. Membro da CPI e presente à reunião, Alberto Fraga afirmou que Angelo Neto era

seu amigo, trabalhou em seu gabinete e em sua campanha, mas havia seis meses estava lotado no gabinete de Tatico, na Câmara Legislativa.

A comissão também aprovou na reunião de ontem a tomada dos depoimentos do delegado Arthur Carbone, do estado de Rondônia, e de Marcos Paulo Arantes Freitas, condenado por roubo de cargas e caminhões e atualmente cumprindo pena na penitenciária de Uberlândia, em Minas Gerais.

Senado vota normas para pessoal da saúde

O Plenário vota amanhã projeto de lei que estabelece normas de formação de recursos humanos na área de saúde. A proposta, de autoria do então senador Almir Gabriel, atual governador do Pará, determina que a formação de profissionais de saúde deve ser orientada para o atendimento das principais necessidades da população, incluindo atividades práticas que serão realizadas em serviços públicos do setor. Pela proposta, cabe ao Sistema Único de Saú-

de promover a atualização de conhecimentos científicos e aperfeiçoamento de habilidades técnicas.

Também consta da pauta de votações do Plenário a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 2002. O senador Bello Parga (PFL-MA), que elaborou relatório favorável à matéria, salientou que a programação é plenamente compatível com as políticas de contenção da inflação e de indução do desenvolvimento econômico.



Também será votada programação monetária do trimestre, que tem como relator Bello Parga

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe o embaixador da Síria, Chahin Farah
10h30 — Recebe o presidente da Associação de Peritos Criminais de Mato Grosso do Sul, Rui Rodrigues
11h — Preside sessão deliberativa ordinária
15h — Recebe o embaixador da Líbia, Mohamed H. Matri
15h30 — Recebe o presidente da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Giuseppe Palozzi Lavorante

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDL nº 3/02, aprova a programação monetária relativa ao primeiro trimestre do ano de 2002; PLS nº 137/92, fixa normas de formação de recursos humanos na área de saúde, regulamentando o inciso III do art. 200 da Constituição federal; PLS nº 184/00, dispõe sobre a regulamentação da profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os conselhos regionais; PDL nº 315/01, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Montanhês FM Stereo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Gerais (MG); Requerimento nº 721/01, solicita o desamparamento do Projeto de Resolução nº 57/01, do Projeto de Resolução nº 81/99, a fim de que tenha tramitação autônoma; Requerimento nº 747/01, solicita que sejam remetidos à apreciação da CAE os PLSs nºs 216/99 e 271/00, que tramitam em conjunto; Requerimento nº 748/01, solicita que sejam remetidos à apreciação da CE os PLSs nºs 216/99 e 271/00, que tramitam em conjunto; Requerimento nº 749/01, solicita que sejam remetidos à apreciação da CCI os PLSs nºs 216/99 e 271/00, que tramitam em conjunto; e Requerimento nº 754/01, solicita, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da CCI sobre o PLS nº 46/01.

COMISSÕES

10h — Comissão Mista de Orçamento
Pauta: apreciação das atas de reuniões anteriores; Requerimento nº 01/02, solicitando que seja convocado o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares; e Requerimento nº 2/02, solicitando que sejam convidados o ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, Francisco de Paula Magalhães Gomes. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Proposta anula decisão do TSE sobre coligações

Comissão apresenta emenda constitucional com mais de 50 assinaturas de parlamentares que busca invalidar a interpretação de que alianças partidárias nos estados devem repetir associações firmadas em nível nacional

Já está tramitando no Senado proposta de emenda constitucional (PEC) que visa anular decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a respeito da verticalização de coligações partidárias. A proposta, que conta com mais de 50 assinaturas, representa a reação de vários senadores à proibição imposta pelo TSE de que os partidos fechem em nível regional coligações diferentes das acertadas nacionalmente.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que a decisão do TSE contrariou os interesses da

classe política e a grande quantidade de assinaturas conseguida pela proposta demonstra que a Casa não concorda com a posição do tribunal. A quantidade de assinaturas indica ainda fortes possibilidades de aprovação da matéria com rapidez, avaliou. Tebet destacou que os senadores agirão estritamente dentro da lei e que, se após vencidos todos os recursos legais prevalecer a decisão do tribunal eleitoral, será cumprida a decisão.

Pela manhã, o assunto mobilizou os integrantes da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cujo presidente, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), decidiu nomear uma comissão – composta pelos senadores José Fogaça (PPS-RS), José Eduardo Dutra (PT-SE), Francelino Pereira (PFL-MG) e Jefferson Péres (PDT-AM) – para redigir a PEC, que foi protocolada como de autoria da CCJ.

Dutra disse concordar com a apresentação da PEC, mas ressaltou que outras medidas não podem ser desprezadas no questionamento à legalidade da decisão

do TSE. Jefferson Péres definiu a medida do tribunal como um “terremoto político”.

A imposição imediata da chamada coligação vertical foi classificada por parlamentares como uma mudança das regras fora de hora, uma vez que nenhuma lei pode alterar as normas eleitorais a menos de um ano do pleito. Também criticaram a decisão do TSE os senadores Francelino Pereira, José Agripino (PFL-RN), Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Romero Jucá (PSDB-RR), Ademir Andrade (PSB-PA) e Osmar Dias (PDT-PR).



Para Ramez Tebet, decisão do TSE contrariou os interesses da classe política



Carlos Patrocínio diz que não há confronto entre Poderes, enquanto José Fogaça observa que proposta de emenda é saída “respeitosa”



Senadores reagem à mudança nas regras

Os senadores reagiram à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela qual as mesmas coligações partidárias adotadas para a Presidência da República devem se repetir nas alianças para os governos estaduais. Embora nas eleições estaduais os partidos possam ter candidatos próprios, não poderão se aliar a legendas que estejam fora do acordo nacional.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que o TSE está, na prática, legislando, função que é exclusiva do Congresso. Para o parlamentar, a medida só deveria ser adotada a partir de 2006. Jefferson é um dos integrantes da comissão especial de trabalhos, criada no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que elaborou o texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) que viabiliza as coligações partidárias estaduais sem correspondência com as coligações para as eleições presidenciais.

Coordenador da comissão especial, o senador José Fogaça (PPS-RS) afirmou que, embora uma PEC requeira três quintos do

Plenário do Senado e da Câmara dos Deputados para ser aprovada, não vê qualquer dificuldade na tramitação da proposta. “Basta vontade política”, comentou.

O vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), adiantou que seu partido não vai questionar judicialmente a decisão do TSE. Para Lobão, a decisão não prejudica em nada a candidatura à Presidência da República da governadora do Maranhão, Roseana Sarney. No entanto, ele disse concordar com a proposta de emenda constitucional sugerida por outros partidos.

DISTORÇÃO

O vice-líder do PSDB, senador Romero Jucá (RR), declarou que a restrição a coligações estaduais prejudica todos os partidos. Jucá observou que, se o TSE se pronunciasse antes de outubro de 2001, seria possível que as legendas não fossem prejudicadas. O senador entende que, ao interpretar de forma diferente uma legislação vigente desde 1997, o TSE provocou mudanças drásticas na realidade eleitoral. Fato que, em

sua opinião, equivale à criação de uma nova lei.

José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou inoportuna a decisão do TSE. Entre as distorções apontadas pelo senador está a de que, com a decisão, os partidos pequenos que não lançarem candidatos à Presidência da República ficam liberados para fazer as coligações que considerarem mais convenientes em cada estado.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que a decisão do tribunal não modifica o quadro de alianças em seu estado. Contudo, a seu ver, a decisão constitui uma interferência na autonomia dos partidos. Roberto Saturnino (sem partido-RJ) disse que um verdadeiro “vendaval político” ocorreu com a decisão do TSE.

O presidente do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), considerou a decisão do tribunal “muito ruim para a democracia”. Além de uma intromissão de um Poder sobre um outro, para Calheiros, a decisão do TSE permite até a conclusão de que as coligações nas eleições de 1998 foram ilegais.

Líderes decidem recorrer ao Supremo Tribunal Federal

Durante reunião que terminou no início da noite de ontem, os líderes de bancadas no Senado decidiram, além da apresentação da PEC, recorrer da decisão do TSE também por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal, ou outra figura jurídica ainda a ser definida, visando reverter as mudanças no quadro eleitoral decorrentes da decisão do TSE.

“Inicialmente, nós vamos entrar com a Adin ou outra que seja recomendada pelo departamento jurídico da Casa”, informou o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), que participou da reunião. Ele fez questão de enfatizar “que não existe nenhum confronto com o Poder Judiciário ou com a Justiça Eleitoral”.

A busca de uma saída judicial, enquanto tramita a proposta de emenda à Constituição, se deve à pressa dos parlamentares em ver a questão resolvida. Em 15

dias, o Supremo pode se pronunciar a respeito de uma provável Adin. Já a promulgação da emenda que altera o parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição poderia levar em torno de dois meses, caso exista acordo entre os partidos.

O texto da PEC, apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, assegura aos partidos políticos autonomia para adotar, na forma da lei, os critérios de escolha e regime de suas coligações eleitorais em nível nacional, estadual ou municipal, sem obrigatoriedade de vinculação.

O senador José Fogaça (PPS-RS), um dos encarregados pela CCJ de elaborar a proposta de emenda, explicou que a PEC vem sanar dúvidas com relação ao texto constitucional. “O Poder Judiciário tomou um decisão que lhe é legítima.” Fogaça acredita que a emenda constitucional será a saída “mais respeitosa em relação ao Poder Judiciário”.



Edison Lobão, Heloísa



Helena e Renan Calheiros apóiam a proposta de emenda constitucional que permite coligações diferentes nos níveis nacional e estaduais

CAS aprova por unanimidade proibição definitiva do DDT

Decisão tem caráter terminativo e deve agora ir à Câmara. Também foi acolhida ampliação da licença-maternidade em caso de nascimento prematuro

Os integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram na reunião de ontem projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso do DDT (diclorodifeniltricloroetano), produto químico presente em inseticidas, em todo o território nacional. A iniciativa de Tião Viana foi elogiada por diversos senadores e obteve unanimidade dos votos. Por ter recebido decisão terminativa, o projeto segue diretamente para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recursos para apreciação no Plenário.

O relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), destacou a relevância do projeto, pois o produto químico é reconhecidamente tóxico ao ser humano e já foi banido de quase todos os países, tendo sido listado pela ONU entre os 12 produtos químicos mais nocivos aos seres vivos. Em função disso, informou, o uso do DDT foi suspenso no Brasil por portaria do Ministério da Saúde, mas essa medida pode ser revogada a qualquer momento.

— Se a proibição tornar-se lei, não correremos o risco de as esferas



Vários integrantes da Comissão de Assuntos Sociais elogiaram o projeto de Tião Viana que determina o banimento do DDT do país

administrativas sucumbirem a pressões comerciais — sintetizou Osmar.

Tião Viana agradeceu o apoio à proposta, aproveitando para criticar os Estados Unidos, que proibem o uso do DDT em seu território, mas o exportam para diversos países.

LICENÇA-MATERNIDADE

A CAS aprovou também, já em turno suplementar, substitutivo de Tião Viana ao projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que estabelece prazo maior que os quatro meses regulamentares para a licença-maternidade da mãe que tiver filho prematuro. A mãe poderá, pelo projeto, usufruir da licença normal acrescida dos dias ou semanas que

faltarem entre o dia do nascimento e a data em que o bebê completaria 37 semanas.

SALÁRIO MÍNIMO

A CAS rejeitou projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que estabelecia nova fórmula para cálculo do salário mínimo, definindo que o valor não poderia ser inferior a um vigésimo do salário mensal de um ministro do Supremo Tribunal Federal. O relator, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), reconheceu o mérito da proposta, mas avaliou que a prerrogativa de definir o piso salarial é da União. Os senadores de oposição ao governo lamentaram a decisão da CAS.

Dengue não é culpa de prefeitos, diz Mozarildo

Afirmção do presidente da República de que a responsabilidade sobre a epidemia de dengue é dos municípios levou o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) a defender prefeitos e governadores. Segundo ele, Fernando Henrique tentou isentar o ex-ministro da Saúde, José Serra, da responsabilidade sobre a epidemia.

— Quando cai o índice de mortalidade infantil ou o número de infectados pela Aids, o mérito é sempre do Ministério da Saúde e não dos programas aplicados por prefeitos e governadores. Fernando Henrique agora coloca a culpa nos prefeitos e governadores para isentar José Serra. A verdade é que a saúde foi muito mal administrada — afirmou.

Mozarildo lembrou que há dois anos apresentou requerimentos na Comissão de Assuntos Sociais e em Plenário para que o então ministro José Serra comparecesse ao Senado para explicar o agravamento dos índices de doenças como a febre amarela, a dengue, a hanseníase, a tuberculose e a malária.

— O ministro nunca compareceu para esclarecer o aumento nos índices das doenças — lamentou o senador.



Para Mozarildo, saúde foi mal administrada

Cândido pede que ministro receba mata-mosquitos

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) pediu que o ministro da Saúde, Barjas Negri, receba os representantes dos guardas epidemiológicos demitidos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Rio de Janeiro. O senador informou que os trabalhadores ocuparam o prédio da Funasa no Rio, em protesto contra o não cumprimento da decisão judicial que mandou reintegrá-los.

Cândido teme que haja conflito entre os ocupantes do prédio e policiais, já que a Justiça determinou também a reintegração de posse do imóvel à Funasa.

— Apelo para que o ministro receba os trabalhadores. É preciso evitar o confronto, já que os trabalhadores estão dizendo que vão resistir — pediu.

Para o senador, a demissão dos chamados mata-mosquitos foi precipitada e, como resultado, o Rio de Janeiro está sofrendo uma epidemia de dengue.

Geraldo Cândido considerou ser “uma temeridade” colocar pessoas ligadas às Forças Armadas e ao corpo de bombeiros para subir favelas onde há resistência à entrada de forças policiais.

— Pode acontecer de não permitirem que eles entrem nessas áreas — afirmou Cândido, para quem seria de bom senso utilizar os guardas epidemiológicos.



Geraldo Cândido: “É preciso evitar o confronto”

Souto destaca programa de saneamento da Bahia

O senador Paulo Souto (PFL-BA) manifestou sua satisfação diante dos resultados concretos que os programas de saneamento básico e abastecimento de água de Salvador e cidades do entorno já estão apresentando. O programa, denominado Bahia Azul, com investimentos da ordem de US\$ 600 milhões, está



Paulo Souto afirma que programa já tem resultados concretos

com 80% de suas metas concluídas, devendo ser finalizado em 2003.

Paulo Souto informou que o programa de esgotamento sanitário recuperou as praias da Bahia de Todos os Santos e de alto mar da região, com reflexo imediato no turismo e no lazer, ressaltando a importância da medida em uma cidade com 2,3 milhões de habitantes.

O projeto Bahia Azul, que tem como objetivo prover o abastecimento de água potável para 95% de Salvador e cidades ribeirinhas e 80% de cobertura de esgotos, foi

iniciado em 1995 e abrangeu esforços de três governadores: começou com Antonio Carlos Magalhães, teve prosseguimento durante o mandato de Paulo Souto e está sendo concluído no governo de César Borges.

Paulo Souto ressaltou a seriedade da pesquisa realizada pelo Instituto de

Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, que demonstrou queda de formas severas de diarreias e outras doenças infecciosas de veiculação hídrica, especialmente entre escolares de 7 a 14 anos.

Paulo Souto afirmou que o projeto Bahia Azul já fez diminuir as taxas de mortalidade infantil e ocorrência de doenças de notificação compulsória, demonstrando a relação direta da melhoria das condições sanitárias nos avanços nos padrões de qualidade de vida, sobretudo das populações mais pobres.

Valadares quer impedir a antecipação de receita do ICMS

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto alterando a chamada Lei Kandir para coibir a antecipação, pelos estados, das receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). De acordo com o senador, tem sido prática comum os governos estaduais determinarem como fato



Segundo Valadares, tem ocorrido “um verdadeiro confisco temporário”

gerador do imposto a entrada da mercadoria em estoque e como base de cálculo o valor de sua suposta venda, várias etapas adiante na cadeia de comercialização do produto. O resultado disso, salientou, é que o estado antecipa a sua receita — uma vez que a mercadoria não foi ainda vendida — e impõe sobrecarga financeira às empresas.

— É verdadeiro confisco temporário ou, na melhor das hipóteses, empréstimo compulsório não remunerado e não autorizado constitucionalmente. Do ponto de vista econômico, estará sufocando a atividade privada e prejudicando o desen-

volvimento — alertou o senador, informando ainda que em Sergipe há casos de empresários que têm recorrido a empréstimos para fazer frente à despesa tributária antecipada. O projeto elimina a entrada da mercadoria como fato gerador do imposto e determina como base de cálculo, em ordem obrigatória de preferência, o preço tabelado pelo governo, o sugerido pelo fabricante e, em último caso, a pauta definida pela autoridade tributária.

A intenção de Valadares é que o ICMS seja estruturado segundo a técnica do imposto sobre o valor adicionado (IVA). As vantagens da alteração, conforme o senador, estão no fato de o IVA ser neutro em relação à estrutura da empresa — o imposto independe do número de transações a que está sujeito o produto — e multifásico, por distribuir a carga tributária proporcionalmente entre todos os integrantes da cadeia econômica.

Malan: não se pode descartar cobrança dos inativos

Em audiência na Comissão Mista de Orçamento, o ministro da Fazenda afirmou que a contribuição dos trabalhadores aposentados à Previdência não pode ser desprezada. “A sociedade brasileira vai ter de encarar o problema”, disse

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou ontem, na Comissão Mista de Orçamento, que a proposta do governo de cobrar dos inativos contribuição à Previdência Social para reduzir parte do déficit do sistema não é algo que possa ser descartado. O assunto, segundo o ministro, vai ter de voltar em algum momento. “A sociedade brasileira vai ter de encarar o problema, que custa R\$ 45 bilhões aos cofres públicos, equivalente a duas vezes o que se gasta anualmente com a saúde e a seis vezes o que se gasta com educação”, argumentou.

O corporativismo, que no entendimento de Malan tem lutado vigorosamente contra a proposta, “terá de ceder no futuro”, para que se possa cobrir a diferença entre as receitas do sistema e os benefícios previdenciários pagos.

Malan prometeu aos parlamentares uma queda continuada das taxas de juros domésticas. Contudo, para que isso ocorra, dis-

se, terá de haver continuidade no ajuste das contas públicas. “As taxas de juros serão tanto menores quanto maior for a nossa capacidade de ajustar as contas públicas.”

O ministro procurou ainda rebater as acusações, contra o atual governo, de descaso com os investimentos sociais. Segundo disse, “nunca se destinaram tantos recursos orçamentários para o setor social como agora”. O atual governo, afirmou Malan, vem demonstrando que é possível compatibilizar responsabilidade fiscal com responsabilidade social.

CPMF NAS BOLSAS

Pedro Malan também desautorizou alguns cálculos que apontam perda de receita do governo, da ordem de R\$ 900 milhões, com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) nas aplicações em bolsa de valores. A perda de receita, segundo afirmou, será de R\$ 380 milhões. E justificou a medida como necessária para atra-



Os ministros Martus Tavares (E), do Planejamento, e Pedro Malan, da Fazenda, participaram da audiência promovida pela Comissão Mista de Orçamento, que é presidida por Carlos Bezerra (segundo, à direita)

ir novos investimentos estrangeiros para o Brasil.

Malan não aceita a tese, defendida pelo deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), de que essa isenção vai abrir “uma janela” para a lavagem de dinheiro do crime organizado. “O combate ao crime

não pode depender desse mecanismo”, argumentou.

Juntamente com o ministro Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, também presente à audiência pública, Pedro Malan admitiu rever a decisão do governo de excluir os res-

tos a pagar inscritos e não liquidados, relativos ao Orçamento de 2001, até 31 de março. Vários parlamentares sugeriram que o prazo seja prorrogado para o final de junho, sob pena de haver grande elevação do número de obras inacabadas em todo o país.

Carlos Bezerra sugere fonte para que o Executivo levante R\$ 400 bi

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), presidente da Comissão Mista de Orçamento, propôs aos ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma forma “prática e eficaz” de levantar recursos da ordem de R\$ 400 bilhões, que poderiam ser integralmente aplicados em projetos prioritários do governo. Os recursos, conforme o senador, podem ser obtidos com a alienação dos imóveis tomados pelo governo em razão de quebra de contratos por inadimplência junto à Caixa Econômica Federal.

Bezerra aproveitou a presença dos ministros para reclamar da centralização de recursos no país, o que obriga prefeitos e governadores a vir constantemente a Brasília. Segundo disse, de todos os recursos arrecadados, a União fica com 65%. “No dia em que invertermos a pirâmide, acabaremos com todos esses problemas”, afirmou.

CORTES

Diversos parlamentares na comissão, entre eles os deputados Sampaio Dória (PSDB-SP), Jorge Bittar (PT-RJ), Fernando Coruja (PDT-SC) e Giovanni Queiroz (PDT-PA), mostraram-se inconformados com os cortes orçamentários definidos pelo governo no início do mês.

Os cortes, ou contingenciamento, no Orçamento da União de 2002 somaram R\$ 13,2 bilhões e atingiram principalmen-

te as dotações orçamentárias da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (96,16%) e os Ministérios da Integração Nacional (76,49%), do Esporte e Turismo (75,09%) e do Meio Ambiente (60,67%), além dos recursos suplementares do Ministério da Fazenda para o Distrito Federal (60,54%). Foram mais seriamente atingidas, ainda, as dotações dos Ministérios da Cultura (50,79%), dos Transportes (47,95%), da Agricultura e Abastecimento (46,93%), das Comunicações (46,09%) e do Trabalho e Emprego (38,02%).

Os ministérios cujas dotações sofreram cortes menores foram os da Justiça (4,2%), Saúde (4,51%) e Educação (7,22%). Pelo que está previsto na lei orçamentária, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano iria aplicar, em diversos municípios brasileiros, R\$ 1,272 bilhão. Com os cortes, disporá somente de R\$ 49 milhões este ano.

Ao comentar os cortes no Orçamento de 2002, os ministros Martus Tavares e Pedro Malan justificaram sua necessidade em razão das mudanças ocorridas no cenário econômico, que obrigaram o governo a reestimar, para baixo, suas receitas. Malan explicou, contudo, que, mesmo com os cortes, os recursos são ainda maiores do que os que constavam da proposta original encaminhada em agosto de 2001 ao Congresso.

Martus e Malan propõem mudança na tramitação da lei orçamentária

Os ministros Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Pedro Malan, da Fazenda, propuseram ontem, na Comissão Mista de Orçamento, profunda mudança na sistemática de tramitação das propostas de lei do Orçamento da União. Os ministros querem que haja um relator para a receita orçamentária e outro relator para a despesa. E concordaram com a proposta do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), para quem os pareceres desses dois relatores devem passar por duas votações em separado tanto na comissão quanto no Plenário.

Se a alteração for aceita, disseram os ministros, o Congresso estará dando o primeiro passo para a implantação do orçamento impositivo, obrigando o Executivo a cumprir os gastos orçamentários conforme os valores definidos na lei.

Martus acredita que, com a divisão das relatorias em receita e despesa, haverá maior facilidade na tramitação do Orçamento, pois ficará mais claro o entendimento de que os recursos públicos são escassos e que as pressões por aumento de despesas não podem atropelar as receitas, já previamente definidas.

Vários parlamentares da comissão criticaram o governo pelos cortes definidos no Orçamento de 2002, depois que a matéria

foi aprovada no Congresso e sancionada.

O próprio relator da proposta orçamentária, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP), acusou o governo de superestimar receitas, ao contrário do Congresso, “que foi ponderado e conservador”.

EMENDAS

Nas cinco horas em que passaram na comissão, Pedro Malan e Martus Tavares procuraram destacar a importância do trabalho conjunto entre Executivo e Legislativo na condução do orçamento. O ministro da Fazenda, contudo, descartou qualquer hipótese de elevação dos recursos destinados à reserva de contingência para cobrir emendas parlamentares no Orçamento de 2003. Disse também que o governo vai continuar reduzindo os restos a pagar, para impedir que as obrigações de um ano sejam transferidas para o exercício seguinte, tumultuando a execução orçamentária.

Malan voltou a repetir que os problemas ocorridos em 2001 na execução orçamentária não se deram por culpa do Ministério da Fazenda, mas das pastas setoriais, que não tiveram capacidade de gastar os recursos disponíveis para eles. Por causa disso, deixaram de ser gastos R\$ 8,5 bilhões, fazendo com que o superávit primário previsto pelo governo ficasse bem acima da meta.

Mauro quer mudanças no cálculo da dívida agrícola

Segundo o senador, os financiamentos ficaram 198% mais caros desde 1994, índice bem acima da variação dos preços dos produtos no período

Os índices aplicados às dívidas dos produtores rurais são responsáveis pelas dificuldades atravessadas pelo setor, afirmou ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Desde 1994, os financiamentos ficaram 198,54% mais caros, ao passo que a média de preços dos produtos agrícolas aumentou 85,45%, informou. A partir de 2000, os empréstimos passaram a ser reajustados por taxas fixas que variam de 5%, para os produtores familiares, a 16%, para os grandes produtores. A questão, de acordo com o senador, é que não foi resolvido o problema do estoque da dívida, que teria sofrido reajuste excessivo pelos índices aplicados nos últimos 12 anos.

— O presidente vetou o bônus de adimplência sobre o pagamento das parcelas, cuja finalidade era justamente eliminar o endividamento excessivo ocorrido com a variação dos índices, que ocasionaram um crescimento absurdo



Para Mauro Miranda, é preciso resolver o problema do estoque da dívida dos agricultores

das dívidas, tornando-as praticamente impagáveis.

Mauro Miranda disse que tem havido redução constante dos investimentos governamentais no setor agrícola. Em 1975, informou, o total injetado na atividade somava US\$ 17,5 bilhões. Em 1994, os recursos atingiram US\$ 9,9 bi-

lhões. E em 2000 somaram US\$ 7,5 bilhões. “Foi uma diminuição inexplicável e inaceitável.”

Além disso, a política de financiamentos deveria, na opinião do senador, levar em consideração variáveis que interferem diretamente nos resultados da atividade agrícola, como a falta ou o excesso de chuvas, além das pragas. O refinanciamento das dívidas já existente e a revisão da política de financiamentos dariam ao país plena capacidade de alcançar safra maiores do que a anunciada para este ano — 100,5 milhões de toneladas de grãos —, que representam aumento de 2,3% em relação ao ano anterior.

— É necessário um refinanciamento em condições que permitam aos agricultores honrar seus compromissos financeiros e continuar produzindo, para o engrandecimento econômico da nação e a diminuição da fome — disse.

Amir Lando renuncia, mas continua senador

O senador Amir Lando (PMDB-RO) enviou ofício à Mesa comunicando sua renúncia ao mandato de senador pelo qual foi diplomado terça-feira no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de seu estado. Esse mandato refere-se ao período de 1995 a 2003 — quando ficou em terceiro lugar na eleição — e não ao atual, pelo qual foi eleito em 1998. Segundo disse, deverá assumir no lugar Fran-

cisco Sartori, seu suplente àquele mandato.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu diplomar Lando, terceiro colocado na eleição em que Ernandes Amorim havia sido o primeiro colocado. Em segundo lugar ficara o ex-senador José Bianco, que exerceu o mandato até 1999. Amorim renunciou ao mandato no Senado ao ser eleito prefeito de Ariquemes (RO), mas



Amir Lando anunciou sua renúncia ao mandato que terminaria em 2003, só agora garantido pelo TSE

foi cassado no ano passado pelo TSE por abuso de poder político e econômico na campanha eleitoral.

Projetos de Jucá alteram Plano Nacional de Viação

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou ontem três projetos alterando o Plano Nacional de Viação, de forma a melhorá-lo na Região Norte, principalmente em seu estado. Ele disse ter conversado com o ministro dos Transportes, Alderico Jefferson Lima, sobre os projetos, que incluem três rodovias fede-



Romero Jucá propõe a abertura de três rodovias federais em Roraima

rais em Roraima.

O primeiro projeto cria a BR-433, trecho rodoviário que ligará Rorainópolis a São João da Baliza, encurtando a ligação entre as rodovias BR-210 e BR-174 em 71 quilômetros. O segundo projeto cria a BR-434, que deve sair da ligação da BR-174 com a BR-202 e ir até a

fronteira com a Guiana, ligando a BR-174 à sede do município de Uiramutã. Jucá disse que a ideia é criar uma estrada que vai “ajudar a defender o patrimônio que é a territorialidade nacional”.

O terceiro projeto cria a BR-435, destinada a ir do município de Mucajá em direção à Venezuela, entrando pela área do Apiaú e chegando até o município de Alto Alegre. Jucá disse que a aprovação dos três projetos é da maior importância para o desenvolvimento de toda a Amazônia Ocidental.

Jefferson: “Estamos fazendo uma mudança arriscada na lei, sem segurança de que isso trará redução do desemprego”



Trabalhadores correm risco com reforma da CLT, alerta Jefferson

O projeto de lei do Executivo que torna mais flexíveis as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) representa, na opinião do senador Jefferson Pêres (PDT-AM), risco sem a contrapartida do benefício. “Estamos fazendo uma mudança arriscada na lei, sem termos a segurança de que isso terá um benefício social com a redução do desemprego”, alertou o senador.

Segundo disse, categorias profissionais cujos sindicatos carecem de representatividade e capacidade de mobilização podem sair perdendo com a ampliação do poder de negociação entre patrões e empregados e a prevalência dos acordos coletivos sobre alguns aspectos da CLT.

— Se o Brasil fosse a Bélgica, com desenvolvimento e sindicatos fortes, eu votaria a favor da proposta. Não vejo nenhum inconveniente na via negocial para mudar a lei. Mas o Brasil é um país em gran-

de parte ainda subdesenvolvido, com sindicatos cartoriais, ou seja, que não têm representatividade em muitas regiões e até mesmo nas grandes cidades. Muitas vezes serão grupelhos de pelegos que dominam os sindicatos que vão fazer mudanças falando em nome da categoria que na verdade eles não representam.

URGÊNCIA

Para o senador, o governo deveria retirar a urgência para a tramitação da matéria, que, aprovada pela Câmara, está em discussão nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS).

— O mínimo que se espera do governo é que retire a urgência constitucional e deixe que a matéria seja discutida amplamente na Casa e votada sem pressa —, disse Jefferson. “Não estamos numa recessão. O país não está em crise. Por que a pressa então?”, indaga o senador.

Congresso fará homenagem ao Dia Internacional da Mulher

O Senado aprovou requerimento para realização de sessão solene do Congresso Nacional em 6 de março, às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, para comemorar o Dia Internacional da Mulher. A Presidência da Casa manterá entendimentos com a Mesa da Câmara para definir detalhes da homenagem.

O requerimento foi apresentado pelas senadoras Emilia Fernandes (PT-RS), Heloísa Helena (PT-AL), Marina Silva (PT-AC) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Também foi assinado pelos senadores Tião Viana (PT-AC) e Carlos Wilson (PTB-PE). Tradicionalmente o

Dia Internacional da Mulher é comemorado em 8 de março.

A história registra que em 8 de março de 1857, na cidade de Nova York, foi realizada a primeira greve de mulheres. Eram 129 operárias têxteis que exigiam aumento de salário, redução da jornada de trabalho de 16 para 8 horas diárias e licença-maternidade.

A manifestação foi violentamente dispersada pela polícia. A data é utilizada para reflexão de todos os que buscam a igualdade de direitos. Desde 1975 o dia 8 de março é comemorado pelas Nações Unidas como Dia Internacional da Mulher.

Região Integrada do DF pode ter 41 municípios

Aprovado pelo Plenário do Senado, vai ao exame da Câmara projeto que dá a 20 municípios de Minas Gerais a possibilidade de receber verbas federais para projetos que buscam o desenvolvimento da região de Brasília

O Plenário aprovou projeto que inclui mais 20 municípios de Minas Gerais na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (Ride). Com isso, exatamente 41 municípios de Minas e de Goiás poderão receber verbas federais para projetos que buscam o desenvolvimento da região de Brasília. O projeto será encaminhado à Câmara.

A proposta foi apresentada pela ex-senadora Júnia Marise e previa a inclusão de 11 municípios mineiros. O relator Romeu Tuma (PFL-SP) acrescentou três cidades e ainda aceitou emenda de Francelino Pereira (PFL-MG) anexando seis municípios do noroeste mineiro.

Oito senadores defenderam o projeto em Plenário e apenas o líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), manifestou-se contra a mudança, sob o argumento de que irá pulverizar os recursos.

José Alencar (PL-MG) discordou, afirmando que quase toda a produção dos novos municípios

é dirigida ao Distrito Federal. Defenderam o projeto Francelino Pereira, Arlindo Porto (PTB-MG), Sebastião Rocha (PDT-AP), Emilia Fernandes (PT-RS), Romeu Tuma, Lauro Campos (PDT-DF) e Lindberg Cury (PFL-DF).

Com a mudança, a Ride será constituída pelo DF e pelos municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Presidente Olegário, Riachinho, São Gonçalo do Abaeté, Unaí, Uruana de Minas, Urucuiá, Varjão de Minas e Vazante, no estado de Minas. Os municípios de Goiás são Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa.



Em votação secreta, os senadores aprovaram indicações de embaixadores feitas pelo presidente da República

Acolhidas indicações para embaixadas em dois países

Os senadores aprovaram ontem mensagens do presidente da República indicando dois embaixadores para que acumulem o cargo de representantes do Brasil em outros países. Joaquim Luís Cardoso Palmeiro, embaixador na Líbia, também responderá pela embaixada na República de Malta. Jório Salgado Gama Filho, que

representa o Brasil na África do Sul, acumulará a mesma função na República de Maurício.

O Plenário também aprovou projeto que autoriza o funcionamento de uma rádio FM na cidade de Paracuru (CE), sob o nome de Rádio Clarim de Palmas. O relator do projeto foi o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Tebet cobra informação do Ministério dos Transportes

O presidente do Senado, Ramez Tebet, informou ao Plenário que enviará ofício ao ministro dos Transportes alertando que ele estará cometendo crime de responsabilidade se não responder a pedido de informações sobre a eclusa da barragem da hidrelétrica de Tucuruí (PA), feito pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Ademir reclamou providências a Tebet porque seu pedido de informações foi feito ao então mi-

nistro Eliseu Padilha em fevereiro do ano passado. Como não houvesse resposta, o senador reclamou e, em dezembro do ano passado, o presidente do Senado cobrou as informações. Ontem, Ademir Andrade sustentou que "não é mais possível tanto desleixo" e fez nova cobrança a Tebet.

O ofício do presidente do Senado será agora dirigido ao ministro Alderico Lima, que substituiu Eliseu Padilha no cargo.

Comissão aceita nomes de ministros do STM e TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem por unanimidade parecer favorável à indicação feita pelo Poder Executivo do tenente-brigadeiro-do-ar Henrique Marini para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Bacharel em Direito, ele exerceu na Aeronáutica fun-

ções executivas, de planejamento e direção.

Também recebeu parecer favorável a indicação do juiz Renato de Lacerda Paiva para ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Formado pela antiga Universidade do Estado da Guanabara, Paiva é juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TST) da 2ª Região.

Emenda facilita o combate ao terrorismo

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e cooperação internacional em matéria criminal e civil que venham a ser aprovados em dois turnos por cada Casa do Congresso Nacional, por três quintos dos votos, deverão ser equivalentes às emendas constitucionais. A inovação está prevista em emenda à proposta de reforma do Poder Judiciário, que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o autor da emenda, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), a mudança tem o objetivo de tornar mais eficiente o combate a crimes de repercussão internacional, como o terrorismo, a lavagem de dinheiro, a sonegação fiscal, o tráfico ilícito de drogas, armas, munições e explosivos. "Elevados a nível constitucional, os tratados e convenções não esbarraram nos atuais óbices existentes na nossa Carta Política."

Também recebeu parecer favorável da CCJ emenda apresentada por Iris Rezende (PMDB-GO) que prevê a regulamentação, em lei, dos casos de inadmissibilidade de recurso especial. O senador afirmou que sua iniciativa destina-se a evitar a utilização indiscriminada de recursos destinados apenas a adiar as decisões dos tribunais.

A comissão acolheu ainda emenda de Romeu Tuma (PFL-SP) que assegura prazos especiais em processos judiciais à Fazenda Pública, ao Ministério Público e à Defensoria Pública. O autor da emenda disse que a aprovação da medida evitará que o Estado sofra sérios prejuízos na Justiça.



Tião Viana e José Sarney apresentaram requerimento para que proposta de criação de TRFs seja reexaminada por comissão



Antonio Carlos Júnior: mudança fortalece tratados

Volta à CCJ proposta que cria tribunais federais

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento encabeçado pelo senador Tião Viana (PT-AC) e José Sarney (PMDB-AP) que determina à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o reexame da proposta de emenda constitucional que cria tribunais regionais federais (TRFs) no Paraná, em Minas Gerais e na Bahia.

Tião Viana disse que teve o apoio de toda a bancada da Amazônia e explicou que seu objetivo é apresentar emenda ao projeto criando um tribunal regional federal para atender à região amazônica, cujos processos são remetidos atualmente para Brasília. A emenda que cria os novos tribunais constava da pauta de votações de ontem.

Cerca de 50 mil processos oriundos da Amazônia que en-

volem crimes federais, como narcotráfico e crimes ambientais, tramitam na Justiça Federal de Brasília, que tem jurisdição sobre os estados da região, argumentou Tião Viana. Ele disse ter negociado o reexame com o autor da proposta, senador Arlindo Porto (PTB-MG), e obteve apoio, em Plenário, dos senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Amir Lando (PMDB-RO), Romero Jucá (PSDB-RR) e Luiz Otávio (PPB-PA).

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) alertou para os gastos necessários à instalação dos novos tribunais, inclusive com a construção de prédios. Amir Lando considerou injustificável que os processos da Amazônia que envolvem crimes federais tenham de ser julgados "a 5 mil quilômetros de distância".

Carlos Wilson quer coibir uso de menor em crime

Senador vai encaminhar projeto nesse sentido à Comissão Mista de Segurança Pública. Segundo ele, a forma mais efetiva de combater a criminalidade entre jovens e adolescentes é o rigor com que o Estado pune o agenciador

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) disse ontem que vai encaminhar à Comissão Mista de Segurança projeto alterando o Código Penal para estabelecer que o adulto que praticar crime com participação de menor de 18 anos terá sua pena aumentada em um terço. O senador, que é 1º secretário da Casa, observou que uma das facetas mais dramáticas da atual onda de violência é a utilização de menores para a prática de crimes.

Carlos Wilson citou números do Núcleo de Estudos da Violência da USP, nos períodos de 1988 a 1991 e de 1993 a 1996, que atestam que os



Carlos Wilson pretende aumentar a pena de quem agencia menor para o crime

delinquentes atuam cada vez mais em bandos. Conforme a pesquisa, os atos praticados por um adolescente isoladamente caíram de 43% para 30,5%, e os cometidos por grupos aumentaram de 11,5% para

22,3%, entre menores de 12 anos, e de 38 para 44,8% entre menores de 12 a 18 anos.

— Fica claro que o concurso de menores na prática de crimes é potencializado pelo agenciamento de maiores — afirmou.

Diante disso, o senador entende que a forma mais efetiva de combater a criminalidade entre jovens e adolescentes deve ser o rigor com que o Estado pune o agenciador, isto é, o adulto que se vale do concurso de menores. Ele considerou equivocadas as propostas de redução da maioria penal, informando que 59% dos países adotam a maioria penal aos 18 anos.

Juvêncio pede aplicação integral das penas em regime fechado

Ao posicionar-se contra a proibição da posse de armas, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) propôs que, ao invés de discutir o desarmamento da população, o Congresso debata o que ele considera como o ponto mais importante para resolver a questão da segurança pública: a aplicação integral da pena em regime fechado e disciplinado. “Chega de benefícios que só fazem recolocar os meliantes nas ruas para assaltar e matar, como demonstram os indicadores de reincidência”, afirmou.

Na opinião do senador, são falsos os argumentos de que, tirando a arma da casa das famílias, haverá



Juvêncio da Fonseca discorda da restrição à posse de armas

redução no índice de criminalidade e de mortes por acidentes com armas, e de que a arma é um incentivo ao confronto e à aventura de enfrentar um bandido em desigualdade. Ele disse que o simples fato de a família estar armada em casa é fator de temeridade para o assaltante.

— O contrário também é verdadeiro. A família desarmada é família vulnerável, a não ser que pague segurança particular, alugando mão armada, terceirizando a legítima defesa. Os contratados são homens violentos? São bandidos também? São capazes de matar para salvar

seu patrão? E a classe média baixa, os pobres, como ficam? Seus bens, por pequenos que sejam, estão também sob a ameaça do furto, do roubo, e seus filhos de abuso sexual, estupro e outros crimes mais — comentou Juvêncio da Fonseca.

A Lei nº 9.437, que criou o sistema nacional de armas, está atualizada, no entendimento do senador, e já

endureceu substancialmente as regras do porte de armas. Hoje é permitido ao cidadão possuir arma em casa e portá-la, desde que satisfaça certos requisitos, como ser socialmente produtivo, ter condições psicológicas satisfatórias, possuir adestramento no uso da arma, compro-

var a necessidade do uso em função do trabalho ou em razão das circunstâncias que o cercam.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) concordou que é inoportuno proibir a posse de armas. Lembrando opinião manifestada pelo presidente da Comissão Mista de Segurança, senador Iris Rezende (PMDB-GO), ele alertou para a necessidade de primeiro desarmar os bandidos. Maldaner também defendeu maior celeridade da Justiça e uma atuação mais firme do governo federal para oferecer tranquilidade às famílias.



Para Roberto Freire, porte ilegal de arma de fogo é de alto potencial ofensivo

Freire defende rigor contra porte de armas de fogo

O senador Roberto Freire (PPS-PE) lamentou a decisão de considerar como “crime menor” o porte ilegal de armas de fogo, excluindo a possibilidade de flagrante. Para agilizar a Justiça, o governo federal deslocou para a alçada dos juizados especiais os crimes com penas de até dois anos, entre eles o de porte ilegal de arma, classificando-o como de “baixo potencial ofensivo”.

Freire argumentou que o porte ilegal de armas de fogo é de alto potencial ofensivo, uma vez que 90% dos assassinatos, seqüestros e outros crimes hediondos não podem ser cometidos sem elas. Ele acompanhou autoridades de Pernambuco que estiveram em Brasília para dialogar com a Comissão Mista de Segurança. “O estado está perplexo, pois implementou uma política efetiva de coibir o porte ilegal de armas, que obteve uma diminuição do número de ocorrências. Com a decisão do governo federal, criou-se uma contradição”, concluiu.

Tebet prega mobilização de toda a sociedade contra a violência

Ao discursar ontem no lançamento do projeto Segurança Pública, atendendo a convite do coordenador geral da iniciativa, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, Ramez Tebet, defendeu a importância de se manter toda a sociedade mobilizada para o combate à violência e à criminalidade, independente das preferências políticas.

— É importante mobilizar a sociedade para defender as famílias brasileiras. A situação já é grave e não podemos adiar: temos que tomar medidas, cada um na sua competência, o Congresso fazendo leis e o Executivo agindo para prender os bandidos — afirmou.

Tebet garantiu que o projeto vai merecer exame detalhado da Comissão Mista de Segurança do Congresso Nacional, representada no evento pelo seu presidente, senador Iris Rezende (PMDB-GO). A criação do Sistema Único de Segurança, com a integração das polícias, é uma das principais propostas do documento, que preconiza a mudança do espírito das políticas de segurança pública, da defesa do patrimônio para a defesa da cidadania, e

sugere a criação da Escola Superior de Segurança Pública, a simplificação da hierarquização das polícias, a implantação de ouvidorias independentes e a separação do departamento de perícia das polícias.

PROMOTORES

Ramez Tebet encaminhou ontem ao exame da Comissão Mista de Segurança um conjunto de 17 sugestões sobre a situação da segurança pública elaboradas pela Confederação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). O documento foi entregue ao presidente do Senado durante audiência concedida a uma delegação da Conamp, chefiada pelo presidente da entidade, Marfan Martins Vieira.

Tebet também concedeu audiência a comitiva de vereadores da Frente Parlamentar de Apoio à Segurança Pública Municipal do estado de São Paulo, tendo recebido apelo em favor da aprovação da proposta de emenda à Constituição que reconhece a profissão de guarda civil municipal e tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como relator o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Suplicy anuncia projeto de segurança pública do PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou em Plenário o lançamento pelo seu partido, ontem, do projeto Segurança Pública para o Brasil. A solenidade contou com a presença do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro da Justiça, Aloysio Nunes Fer-



Eduardo Suplicy: combate à violência em todas as suas formas

reira, dos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, e inúmeros parlamentares.

Conforme Suplicy, Tebet saudou a iniciativa como a primeira significativamente completa e séria sobre a questão, enquanto Aécio Neves a considerou o mais completo docu-

mento já publicado sobre o assunto. Suplicy também informou que o ministro da Justiça reconheceu a importância do documento e prometeu levá-lo ao presidente Fernando Henrique.

O parlamentar disse que o projeto se ampara na tese de que um governo comprometido com a justiça e o exercício da ética na política tem que incorporar os mais pobres à cidadania plena. Esse governo terá de dedicar-se com prioridade ao combate à violência em todas as suas formas — da fome à tortura, do desemprego à corrupção, da desigualdade à criminalidade.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti